



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

101
top.

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO n. 0291363-7

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : CATARINA DE SÁ GUIMARÃES RIBEIRO
AGRAVADO : MILENA PRISCILLA AMÂNCIO DE MORAES
DEFENSORA : LUANA SILVA MELO
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO À PESSOA HIPOSSUFICIENTE PORTADORA DE DOENÇA PULMONAR SEVERA. COMPROVAÇÃO DA ENFERMIDADE E NECESSIDADE DA MEDICAÇÃO. TRATAMENTO INDICADO POR MÉDICO ESPECIALISTA. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. ENUNCIADO 18 DA SÚMULA DO TJPE. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. As restrições impostas pela Lei 8.437/92 e pelo art. 1º da Lei 9.494/97 limitam-se à concessão de pagamentos ou incorporação de vencimentos ou vantagens a servidor público, não sendo esta a hipótese dos autos, a qual, ademais, é amparada pela natural urgência inerente à prestação de assistência à saúde, assegurada constitucionalmente. Assim, descabida a alegação de veda à concessão de medida liminar que esgote o objeto da ação.

2. Conforme o disposto no art. 273 do Código de Processo Civil, o provimento antecipatório dos efeitos da tutela jurisdicional pressupõe a existência de prova inequívoca que conduza a um juízo de verossimilhança acerca das alegações do requerente, bem como o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou o abuso de direito de defesa ou ainda o manifesto propósito protelatório do réu.

3. De fato, o relatório médico (fl. 30), o receituário (fl. 31), o laudo de solicitação, avaliação e autorização de medicamentos (fl.32) e demais documentos apresentados constituem provas inequívocas, suficientes a convencer o juízo da verossimilhança das alegações autorais. O perigo da demora, por sua vez, mostra-se flagrante, no caso, uma vez que a não antecipação da tutela poderá causar danos irreparáveis ao autor.

4. O pleito de fornecimento de medicamento/tratamento pelo ente estatal é lícito, desde que reste comprovada a necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo por parte do requerente, sob pena de abrir-se precedente contrário à garantia constitucional insculpida no art. 196 da CRFB/88.

5. Deve-se também esclarecer que se mostra irrelevante o fato de que o medicamento postulado pela Parte Autora não esteja presente nas listas de medicamentos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS, posto que, como já ressaltado, tem o Estado o dever de garantir o direito subjetivo à saúde do cidadão - Súmula 18 TJPE.

6. Em relação à alegação do agravante do caráter *off label* do tratamento indicado à agravada, o que deve ser salientado é que o médico que atendeu a autora/agravada é quem possui as melhores condições técnicas de aferir e recetar o medicamento/tratamento mais indicado para o caso em análise, assim como a sua substituição.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

102
102

7. Ponderando os princípios do mínimo existencial e da reserva do possível, o Supremo Tribunal Federal decidiu que, em se tratando de direito à saúde, a intervenção judicial é possível em hipóteses como a dos autos nas quais o Poder Judiciário não está inovando na ordem jurídica, mas apenas determinando que o Poder Executivo cumpra políticas públicas previamente estabelecidas (Pleno do Supremo Tribunal Federal na SL 47-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 30.4.10).


8. A jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça é farta quanto à possibilidade de imposição de multa à Fazenda Pública por descumprimento de ordem judicial.

9. À unanimidade, Recurso de Agravo não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDE a Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, conhecer e, no mérito, negar provimento ao presente Recurso de agravo, mantendo incólume a decisão monocrática do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira, tudo nos termos do voto e das inclusas notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 08.10.2013


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

103
Top

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO n. 0291363-7

AGRAVANTE	: ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR	: CATARINA DE SÁ GUIMARÃES RIBEIRO
AGRAVADO	: MILENA PRISCILLA AMÂNCIO DE MORAES
DEFENSORA	: LUANA SILVA MELO
RELATOR	: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento em epígrafe que, com fundamento no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil, manteve a decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, em razão da Jurisprudência dominante deste e. Tribunal de Justiça, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

A decisão interlocutória oriunda da 2ª Vara Fazendária de Jaboatão dos Guararapes, inserta às fls. 60/62 dos autos da ação de obrigação de fazer, antecipou os efeitos da tutela jurisdicional para determinar que o Estado de Pernambuco, através da Secretaria de Saúde, forneça à autora/agravada - portadora de doença pulmonar severa com obstrução de vias aéreas e vasos linfáticos, o medicamento SIROLIMUS (RAPAMICIMA) 02mg/dia, na quantia de 30 (trinta) comprimidos por mês, de maneira contínua, mediante apresentação de requisição, de acordo com o laudo médico de solicitação, cf. fls. 31/21, no prazo de 48 horas, sob pena de multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos) reais.

Em suas razões recursais, o recorrente declara, em síntese, a proibição da concessão de liminar em desfavor da Fazenda Pública quando seu deferimento puder esgotar o objeto da ação. Ressalta, ainda, que não estão presentes os requisitos necessários e suficientes à concessão da tutela antecipada, vide fls. 02/14.

Assim sendo, o Estado de Pernambuco requer que esta relatoria, com base no art. 557, §1º, do CPC, retrate-se da decisão vergastada. Em não havendo juízo de retratação, pugna pelo provimento do presente agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada.

É o que, de relevo, se tem a relatar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

104
Top.

O feito independe de inclusão em pauta de julgamento, cf. art. 85, alínea 'e', do RITJPE c/c Súmula do TJPE, enunciado n. 42.

Recife, 08.10.2013
Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

105
Top.

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO n. 0291363-7

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : CATARINA DE SÁ GUIMARÃES RIBEIRO
AGRAVADO : MILENA PRISCILLA AMÂNCIO DE MORAES
DEFENSORA : LUANA SILVA MELO
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

Tendo em vista os argumentos coligidos pelos agravantes, entendo por não exercer o juízo de retratação e apresento o presente recurso para julgamento nesta e. Câmara de Direito Público.

De início cumpre afastar a preliminar de vedação legal à concessão de tutela antecipada. As restrições impostas pela Lei 8.437/92 e pelo art. 1º da Lei 9.494/97 limitam-se à concessão de pagamentos ou incorporação de vencimentos ou vantagens a servidor público, não sendo esta a hipótese dos autos, a qual, ademais, é amparada pela natural urgência inerente à prestação de assistência à saúde, assegurada constitucionalmente. Assim, entendo por descabida a alegação de veda à concessão de medida liminar que esgote o objeto da ação.

A situação aqui debatida não se encontra entre as hipóteses de vedação à concessão de tutela antecipada em face da Fazenda Pública, o que torna possível o seu deferimento.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA. OBRIGAÇÃO COMUM. 1. De proêmio, tem-se por descabida a alegação de vedação à concessão de medida liminar que esgote o objeto da ação, sob pena de violação ao disposto no art. 1º, §3º, da Lei nº 8.437/92, e no art. 1º da Lei nº 9.494/97, visto que as restrições por aquele impostas limitam-se à concessão de pagamentos ou incorporação de vencimentos ou vantagens a servidor público, não sendo esta a hipótese dos autos, a qual, ademais, é permeada pela natural urgência inerente à prestação de assistência à saúde, assegurada constitucionalmente. 2. Anotou-se que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (dentre os quais se inclui a garantia de tratamento e internamento em estabelecimentos de saúde à população carente) é comum, podendo ser demandada de qualquer das esferas de governo (CF, art. 198). 3. A necessidade/eficácia/urgência do procedimento cirúrgico solicitado restam evidenciadas pela apreciação do 'receituário médico' subscrito pelo Dr.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

106

top.

Eulino Alves Coutinho (CRM 11.699), da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes, e do 'laudo médico' subscrito pelo Dr. Gustavo Torres, do IMIP - Instituto de medicina Integral Professor Fernando Figueira, cujos conteúdos não foram contraditados pelo agravante.
4. [...] 10. Agravamento parcialmente provido, apenas para afastar a multa imputada ao Secretário de Saúde, mantidos os demais termos do decurso a quo. (Agravamento de Instrumento 0000197-87.2012.8.17.0000 - 263205-9, Rel. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, 2ª Câmara de Direito Público, 15/3/2012)

Pois bem. No caso em espécie, cuido estarem presentes os requisitos autorizadores da concessão do provimento antecipatório da tutela de mérito, de sorte que, afigura-me escorreita a decisão, ora agravada. Explico.

Conforme o disposto no art. 273 do Código de Processo Civil, o provimento antecipatório dos efeitos da tutela jurisdicional pressupõe a existência de prova inequívoca que conduza a um juízo de verossimilhança acerca das alegações do requerente, bem como o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou o abuso de direito de defesa ou ainda o manifesto propósito protelatório do réu.

A aparência verossímil deve apresentar-se de forma inequívoca, ou seja, acobertada de contornos tais que permitam ao juiz um convencimento razoável. Deve-se lembrar, entretanto, que não se exige um convencimento pleno, pois a certeza é característica da verdade real (utópica), não de mera probabilidade.

Colha-se, ainda, o entendimento de Cândido Rangel Dinamarco:

O art. 273 condiciona a antecipação da tutela à existência de prova inequívoca suficiente para que o juiz "se convença da verossimilhança da alegação". A dar peso ao sentido literal do texto, seria difícil interpretá-lo satisfatoriamente porque prova inequívoca é prova tão robusta que não permite equívocos ou dúvidas, infundindo no espírito do juiz o sentimento de certeza e não mera verossimilhança. Convencer-se da verossimilhança, ao contrário, não poderia significar mais do que imbuir-se do sentimento de que a realidade fática pode ser como a descreve o autor.

Na hipótese dos autos restou devidamente demonstrado que a agravada é portadora de Linfangioleiomiomatose pulmonar e Glomeruloesclerose segmentar e focal colapsante - doença pulmonar severa com obstrução de vias

6



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

104

[Assinatura]

aéreas e vasos linfáticos e, por isso, necessita do medicamento Sirolimo (Rapamicima) 2mg.

De fato, o relatório médico (fl. 30), o receituário (fl. 31), o laudo de solicitação, avaliação e autorização de medicamentos (fl.32) e demais documentos apresentados constituem provas inequívocas, suficientes a convencer o juízo da verossimilhança das alegações autorais. O perigo da demora, por sua vez, mostra-se flagrante, no caso, uma vez que a não antecipação da tutela poderá causar danos irreparáveis ao autor.

Sendo assim, conclui-se que o pleito de fornecimento de medicamento/tratamento pelo ente estatal é lícito, desde que reste comprovada a necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo por parte do requerente, sob pena de abrir-se precedente contrário à garantia constitucional insculpida no art. 196 da CRFB/88.

"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

À vista de sua íntima ligação com o direito à vida e com a dignidade da pessoa humana, a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 2º da Lei 8.080/1990). O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde - SUS.

O SUS visa à integralidade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna (AgRg no Ag 1044354/RS, 2008/0091638-2, STJ-1T, Rel. Min. Luiz Fux, julg. 14/10/2008, DJe 03/11/2008).

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. AGRAVADO QUE NECESSITA DE COLOCAÇÃO DE PRÓTESE MODULAR TRANSFEMORAL. AUSÊNCIA DE PREVISÃO EM LISTA OFICIAL. FORNECIMENTO. POSSIBILIDADE. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. FIXAÇÃO DE MULTA POR EVENTUAL

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

108

Top

DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO. POSSIBILIDADE. VALOR RAZOÁVEL. RECURSO DE AGRAVO UNANIMAMENTE IMPROVIDO. 1.É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, equipamento de que necessita para tratar de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial. 2.Enunciado nº 18 desta E. Corte de Justiça. 3.Não possuindo o agravado recursos financeiros para adquirir prótese do qual carece, e dada à necessidade de sua utilização, é dever do Estado fornecê-lo gratuitamente, propiciando o tratamento adequado ao demandante, vez que é dever do Poder Público, em qualquer de duas esferas, velar pela proteção da saúde dos seus cidadãos, fornecendo-lhe os meios necessários para garantir-lhes melhor qualidade de vida, diminuindo os sofrimentos de que padecem, em atenção aos ditames constitucionais que priorizam a dignidade da pessoa humana. 4.Em se tratando de obrigação de fazer, é permitido ao magistrado, de ofício ou a requerimento da parte, a imposição de multa cominatória ao devedor, mesmo que seja contra a Fazenda Pública. 5.Não restaram malferidos o art. 196 da CF e a Portaria nº 2577/2006-GM. 6.Recurso de agravo à unanimidade improvido. (TJ-PE - AGV: 2539835 PE 0021403-94.2011.8.17.0000, Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Data de Julgamento: 22/12/2011, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 07)

Deve-se também esclarecer que se mostra irrelevante o fato de que o medicamento postulado pela Parte Autora não esteja presente nas listas de medicamentos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS, posto que, como já ressaltado, tem o Estado o dever de garantir o direito subjetivo à saúde do cidadão.

A propósito, a matéria posta à apreciação não é nova no âmbito do Judiciário e já se encontra inclusive sumulada por esta col. Corte Estadual. É como se vê adiante:

Súmula do TJPE, enunciado n. 18 - É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.

Em relação à alegação do agravante do caráter *off label* do tratamento indicado à agravada, o que dever ser salientado é que o médico que atendeu a autora/agravada é quem possui as melhores condições técnicas de aferir e receitar o medicamento/tratamento mais indicado para o caso em análise, assim como a sua substituição.

Nossa jurisprudência corrobora esse entendimento em casos semelhantes:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

109
JP.

RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO (LUCENTIS) À PESSOA HIPOSSUFICIENTE PORTADORA DE EDEMA MACULAR CLINICAMENTE SIGNIFICANTE DEVIDO A OCLUSÃO DE RAMO DA VEIA CENTRAL DA RETINA. NEGATIVA DO ESTADO EM FORNECER A MEDICAÇÃO. COMPROVAÇÃO DA ENFERMIDADE E NECESSIDADE DA MEDICAÇÃO GUERREADA. TERAPÊUTICA INDICADA PELO MÉDICO ESPECIALISTA QUE ACOMPANHA O AGRAVADO. DEVER DO ESTADO DE FORNECER O FÁRMACO. SÚMULA 18 DO TJPE. PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. UNANIMIDADE.181. A verossimilhança dos argumentos da parte agravada, ensejadora da concessão da tutela antecipada em seu favor, defluem da declaração médica acostada à fl. 27. A médica oftalmologista que faz o acompanhamento do agravado afirma expressamente que o paciente possui baixa visão no olho direito e que a melhor opção terapêutica são as injeções de antiangiogênico na cavidade vítrea.2. Quanto à alegação de caráter off label do tratamento, o que deve ser ressaltado é que a médica que atendeu o paciente/agravado é quem detém as melhores condições técnicas de avaliar e receitar o medicamento mais indicado para o caso concreto, bem como se é possível a substituição deste.3. Ressalte-se que o demandante/agravado realizou tratamento tradicional com fotocoagulação a laser, vitrectomia e injeção intravítrea de triancilona, apresentando, contudo, apenas uma melhora parcial. Revela-se, portanto, que a terapêutica com Lucentis não foi a primeira opção da médica, demonstrando-se a tentativa de cura através de outros tratamentos, cujos resultados não foram satisfatórios.4. A antecipação de tutela deferida pelo juízo de primeira instância e mantida neste grau de jurisdição se justifica pela urgência do tratamento da enfermidade, pois, do contrário, há risco de perda da visão.5. Aplicação de precedentes dos Tribunais Superiores e de entendimento veiculado no enunciado da Súmula nº 18 do TJPE: "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".6. Recurso de agravo conhecido e improvido. Unanimidade. (2616746 PE 0000806-70.2012.8.17.0000, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 14/02/2012, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 40/2012)

A agravada sofre de LINFANGIOLEIOMIOMATOSE PULMONAR e já se submeteu a outros tratamentos com medicamentos diferentes, sem resultados satisfatórios. Foi-lhe indicado, por profissional especializado, a utilização do medicamento SIROLIMUS (RAPAMICINA) 2 mg/dia, que possibilitará melhores resultados, com menos efeitos colaterais, beneficiando a qualidade de vida da agravada, já que seu estado de saúde é grave.

Pode-se, portanto, concluir que comprovada a necessidade do tratamento associada à falta de condições de adquirir o medicamento necessário



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

110
Top.

o cidadão poderá, sim, buscar proteção junto ao Poder Judiciário para que sejam disponibilizados pelo Estado os meios necessários ao adequado tratamento da enfermidade.

Os argumentos de receio de dano irreparável ou de difícil reparação, irreversibilidade da medida e *periculum in mora* inverso não merecem prosperar. É que, a medida é, sim, reversível. O d. Juiz de piso pode a qualquer momento julgar definitivamente a lide e, revolvendo a matéria fática, com base na cognição exauriente, concluir pela improcedência do pedido autoral, fazendo cessar a presente medida.

A alegação de *periculum in mora inverso* cede em face do direito à vida, bem maior colimado pela nossa Constituição Federal. Ressalve-se que o direito à vida, aqui mencionado, deve ser interpretado em sua acepção mais ampla, consubstanciado pela dignidade da pessoa humana, encartado no art. 1º, inciso III, da CRFB.

Neste caso, a fixação de astreintes tem por escopo unicamente reprimir a resistência do Estado, em caso de eventual descumprimento da decisão hostilizada. A fixação da multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) é razoável, porquanto o que está em debate é o direito à saúde do paciente que apresenta o quadro de LINFANGIOLEIOMIOMATOSE PULMONAR, doença de extrema gravidade.

A jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça é farta quanto à possibilidade de imposição de multa à Fazenda Pública por descumprimento de ordem judicial. Nesse sentido:

"Consoante entendimento consolidado neste Tribunal, em se tratando de obrigação de fazer, é permitido ao juízo da execução, de ofício ou a requerimento da parte, a imposição de multa cominatória ao devedor, mesmo que seja contra a Fazenda Pública." (AGRGRESP 189.108/SP, Relator Ministro Gilson Dipp, DJ de 02.04.2001)

Ponderando os princípios do mínimo existencial e da reserva do possível, o Supremo Tribunal Federal decidiu que, em se tratando de direito à saúde, a intervenção judicial é possível em hipóteses como a dos autos nas quais o Poder Judiciário não está inovando na ordem jurídica, mas apenas determinando que o Poder Executivo cumpra políticas públicas previamente estabelecidas (Pleno do Supremo Tribunal Federal na SL 47-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 30.4.10).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

111
Top.

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL PRESUMIDA. SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE LOCAL. PODER JUDICIÁRIO. DETERMINAÇÃO DE ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA A MELHORIA DO SISTEMA. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E DA RESERVA DO POSSÍVEL. VIOLAÇÃO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A repercussão geral é presumida quando o recurso versar questão cuja repercussão já houver sido reconhecida pelo Tribunal, ou quando impugnar decisão contrária a súmula ou a jurisprudência dominante desta Corte (artigo 323, § 1º, do RISTF). 2. A controvérsia objeto destes autos - possibilidade, ou não, de o Poder Judiciário determinar ao Poder Executivo a adoção de providências administrativas visando a melhoria da qualidade da prestação do serviço de saúde por hospital da rede pública - foi submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal na SL 47-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 30.4.10. 3. Naquele julgamento, esta Corte, ponderando os princípios do "mínimo existencial" e da "reserva do possível", decidiu que, em se tratando de direito à saúde, a intervenção judicial é possível em hipóteses como a dos autos, nas quais o Poder Judiciário não está inovando na ordem jurídica, mas apenas determinando que o Poder Executivo cumpra políticas públicas previamente estabelecidas. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (RE 642536 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 05/02/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-038 DIVULG 26-02-2013 PUBLIC 27-02-2013)

Nessa contextura, percebe-se que a matéria se apresenta suficientemente clara, não tendo trazido o agravante qualquer alegação que pudesse ensejar o juízo de retratação por esta Relatoria.

Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de Agravo, mantendo-se, *in totum*, a decisão monocrática, ora guerreada.

É como voto

Recife, 08.10.2013


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Relator